

# Educação Inclusiva

Direitos Humanos na Escola!



Por uma escola-mundo onde  
caibam todos os mundos.

# Educação Inclusiva:

## o que é que a Psicologia e os Psicólogos têm a ver com isso?

Ao longo dos últimos anos, a inscrição forte e clara do tema do direito à Educação Inclusiva para os “portadores de necessidades especiais”, no interior das principais normas legais da educação brasileira, convertido em um elemento quase consensual entre os especialistas da área, constituiu-se, sem dúvidas, em um feito muito importante e de grande relevância para a expansão dos Direitos Humanos. O fato de que, no plano das leis e da normatividade do pensamento educacional, encontre-se firmemente estabelecida a afirmação da obrigação da sociedade, em buscar as condições para que nenhuma criança venha a ser discriminada por sua singular condição, física ou mental, e excluída dos processos e dos estabelecimentos nos quais se celebram os processos coletivos da educação social, deve ser comemorado como uma etapa importante nessa luta.

## Afinal, fora da sociedade, não existe sociedade!

E é patente que todas as vezes em que os artifícios, supostamente racionalizadores dos recursos, foram aplicados para criar “sociedades artificiais” ou “ilhas de sociedades à parte” com o fito de abrigar certos grupos humanos, marcados por singular fragilidade, os resultados foram desastrosos. Esses estabelecimentos e espaços, a eles destinados, invariavelmente se converteram em criações institucionais violentas em sua vocação, ineficientes e inadequadas porque baseadas nas lógicas da “apartação social”.

Entretanto, a despeito dessa positividade, do ponto de vista empírico, o olhar mais displicente constatará, sem dificuldades, que a Educação Inclusiva, em nosso país, não tem passado da condição da letra morta. Assumida, muitas vezes, exclusivamente na perspectiva do “politicamente correto”, a Educação Inclusiva tem se resumido às suas exceções, que apenas confirmam a regra vivida diariamente pelos pais de milhares de crianças que buscam a possibilidade de que seus filhos “diferentes” compartilhem, com as demais crianças, dos mesmos espaços de desenvolvimento, educação e vida. Que o digam aqueles que buscam na esfera pública a oferta das vagas inexistentes ou os que, mesmo se dispendo a assumir os altos custos do ensino particular, fazem a via sacra de escola em escola, na mendicância de quem espera que se lhe abram as portas.



# O Despreparo

Em todos os casos, a aceitação formal dessa idéia humanitária parece ir de encontro à dura realidade do despreparo geral da Educação para tal tarefa. Despreparados estão os espaços físicos e a geometria mental que regem as impenetráveis concepções pedagógicas hegemônicas. Despreparados estão os professores e os demais recursos humanos da Escola, aí incluídos os Psicólogos, que, em sua maioria, apenas realizam avaliações nas crianças que estão "fora do padrão". Despreparadas estão as consciências egoísticas da população, que aplaudem de longe essa idéia, desde que ela não seja exercitada na classe do seu filho, que afinal não tem que "ser obrigado ao constrangimento" de conviver com crianças que "tenham problemas". Esses despreparos são engendrados em um poder público que não responde pelas práticas inclusivas como obrigação constitucional, mas que se debate entre a inércia criminosa e o desinteresse explícito. A criação de uma rede que possibilite uma Educação Inclusiva é função das políticas públicas. Nesse

momento é preciso que se afirme em alto e bom som: a Educação Inclusiva, a educação para todos, em nosso país, não se exerce enquanto direito do cidadão e dever do Estado. Ainda estamos a milhares de anos-luz de atendermos as necessidades desses que se constituem como os elos mais frágeis da nossa sociedade e que são as crianças portadoras de necessidades especiais. É preciso assumir a ineficiência da Educação Inclusiva, da educação para todos, para que possamos construí-la com toda a urgência que a situação exige.

## O Tema

As Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia, ao elegerem o tema do Direito à Educação Inclusiva como pauta da sua Campanha Nacional Anual, pretendem estar contribuindo para a radicalização das

problematizações acerca dessa questão, interrogando sobre as dificuldades teóricas e práticas, técnicas e políticas que vêm inviabilizando, hoje no Brasil, a sua concretização. Se numa das suas faces interpelamos sobre as responsabilidades da Escola, das Famílias, dos Professores, da Sociedade e do Estado em relação a este campo, na outra voltamos o agulhão contra nós próprios, Psicologia e Psicólogos, nos indagando sobre as nossas (ir)responsabilidades históricas contraídas para com esse campo, co-responsabilizando-nos pela produção das perspectivas excludentes que nele se instalaram.



# Nossa Responsabilidade

Como saber e como prática, são enormes as responsabilidades históricas da nossa disciplina, na produção das expulsivas concepções normalizadoras, que desabilitaram os divergentes das curvas normais. São inúmeras as "contribuições" das idéias psicológicas, nos processos de naturalização da separação das diferenças, na sua administração institucional, na criação dos guetos dos "especiais", na produção dos instrumentos técnicos e concepções que fundamentaram a sua seleção e apartação. Não é menor a cumplicidade da Psicologia para com os projetos eficientizadores, de racionalização da educação, que somente encontram seu descanso na produção da ordem, da disciplina estéril e da serialização dos sujeitos.



## A Convocação

Mas, ao mesmo tempo em que nos rebelamos para com essa história disciplinar, fazemos, da questão dos Direitos Humanos, o arauto de uma convocação libertária, em um chamamento geral para que o melhor da Psicologia do Compromisso Social venha a se apresentar como instrumento de apoio a uma versão transformadora da educação, a uma versão democrática da escola como espaço de produção de vida e ampliação das consciências. Queremos reunir, organizar, trabalhar para que o melhor da Psicologia esteja colocado a serviço da construção do Direito à Educação Inclusiva em nosso país, como uma realidade prática, assumindo solidariamente as nossas responsabilidades neste processo.

# Principais Objetivos

## desta Campanha Nacional de DH

- Realizar mapeamento nacional, em instituições, escolas e serviços, públicos e/ou privados, quanto à existência atual e modo de acolhimento a crianças, adolescentes e adultos até então excluídos por serem considerados deficientes, anormais, inferiores, diferentes;
- Reivindicar do governo a realização de maiores investimentos com relação à Educação Inclusiva, no que tange à capacitação de profissionais e cuidadores, à ampliação das redes de serviços e à criação, recuperação e melhoria dos espaços destinados à convivência integrada;
- Efetuar uma revisão crítica da participação histórica dos saberes e práticas psicológicos na criação e manutenção de ações excludentes, questionando o status quo dos paradigmas científicos e profissionais discriminatórios ou apartadores e difundindo referenciais que defendam a perspectiva inclusiva;
- Favorecer uma revisão conceitual, no campo da Psicologia, a respeito da Educação Inclusiva;
- Amplificar a idéia de inclusão, no intuito de articulá-la à defesa dos Direitos Humanos, em todas as vertentes de luta contra a discriminação, a invalidação, a desqualificação e o preconceito.

# Educação Inclusiva

## Direitos Humanos na Escola!



**Por uma escola-mundo  
onde caibam todos os mundos.**

**Campanha Nacional  
das Comissões de Direitos  
Humanos dos Conselhos  
de Psicologia**



**Conselho  
Federal de  
Psicologia**

**Conselhos Regionais  
de Psicologia**

**[www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)**